



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

09/2010

**Ex<sup>mo</sup>. Dr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da  
Regional de Santa Cruz – Comarca do RJ**

Inquérito Policial nº 3.645/2008 da 36ª DP.  
Processo nº 0022743-51.2009.8.19.0206

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por seu órgão de atuação junto a este MM. Juízo, no uso de suas atribuições legais, vem oferecer DENÚNCIA em face de **MAURO JOSÉ PEREIRA MENDES MONTEIRO**, RG nº 65.5181-PMERJ, nascido em 15/01/1976; **ALEXANDRE DE SOUZA FERREIRA**, “*vulgo Broa*”, RG nº 9.374.850-7 IFP, nascido em 13/09/1971; **JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO JUNIOR**, RG nº 21.547.537-7 IFP, nascido em 18/03/1998; **NADSON GOMES**, RG nº 11.950.482-7 IFP, nascido em 24/12/1982 e **WILLIAN DE PAULA**, RG nº 9.711.095-1 IFP, nascido em 13/07/1971, qualificados respectivamente, às fls. 202/204, 209/215, 236/238, 233/235 e 205/208 do Inquérito Policial nº 3.645/2008 da 36ª DP, que instrui a presente, pela prática do seguinte fato delituoso:

Em data anterior a 26 de junho de 2008, no interior do Conjunto Manguariba, em Santa Cruz, nesta cidade, os denunciados, em plena comunhão de ações e desígnios com pelo menos mais dois indivíduos, sendo eles **MARCELO PATRÍCIO PEREIRA** e **MARCOS MIGUEL DA SILVA**, identificados, às fls. 189/188 e mortos no interior do Conjunto Manguariba por motivos não devidamente esclarecidos,

Luiz Antonio Corrêa Ayres  
Promotor da Justiça  
Titular



de forma consciente e voluntária, encontravam-se associados em quadrilha armada para o fim de praticar crimes, tais como homicídio, grupo este conhecido como "milícia", o qual domina a localidade conhecida por Manguariba, praticando as mais diversas barbáries, sob o pretexto de manter a "segurança" do local, extorquindo os moradores de várias formas e explorando atividades econômicas ilicitamente, de modo a "eliminar" quem não se enquadre no sistema por eles implantado, sendo o grupo paramilitar, à época dos fatos, chefiado pelo **PM MAURO JOSÉ PEREIRA MENDES MONTEIRO**, o qual dirigia as ações delituosas, emanando ordens para a prática de extorsões, ameaças e homicídios, aos integrantes da quadrilha.

Assim agindo, foi objetiva e subjetivamente típica e reprovável a conduta dos denunciados, estando incurso nas sanções do Artigo 288, Parágrafo Único do Código Penal.

Diante do exposto, recebida a presente denúncia, o **MINISTÉRIO PÚBLICO** requer que a citação dos réus seja ordenada para, querendo, responder aos termos desta ação penal, sob pena de revelia, esperando que seja, ao final, julgado procedente o pedido de condenação que ora se deduz, na forma da lei.

Para depor sobre os fatos ora narrados, requer ainda a notificação / requisição das pessoas abaixo arroladas:

1. Damásio Ezequiel Correia – fls. 08;
2. Daniel Florentino de Moura – RG 80.440 – fls. 49;
3. José do Gás, citado ao fls. 64;
4. J. Carlos – RG nº 179.673-9 – fls. 189.

Protesta o **MINISTÉRIO PÚBLICO**, desde já, pelo aditamento objetivo e/ou subjetivo da denúncia, caso tal providência afigure-se necessária no curso da instrução processual, não importando eventual omissão em arquivamento implícito.

**LUIZ ANTONIO CORRÊA AYRES**  
Promotor de Justiça  
GAECO

Luiz Antonio Corrêa Ayres  
Promotor de Justiça  
Titular



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Processo nº 0022743-51.2009.8.19.0206

1- Nesta data, ofereci denúncia em separado;

2- Requer o **MINISTÉRIO PÚBLICO**:

(xx) Requisição ao Cartório Distribuidor de informações sobre a existência de eventuais processos criminais instaurados contra o(s) réu(s), devendo o Sr. Distribuidor, em caso positivo, declinar a data da distribuição e o respectivo Cartório;

(xx) Seja esclarecido pelo Cartório Criminal, caso positiva a requisição supra, cumpridamente, o andamento dos feitos indicados pelo Sr. Distribuidor ou eventuais decisões já prolatadas nos mesmos;

(xx) Requisição da Folha de Antecedentes Criminais atualizada do(s) denunciado(s);

(xx) Certidão das condenações noticiadas no inquérito, com data do trânsito em julgado, data do cumprimento ou extinção da pena;

(xx) Seja dado cumprimento ao Artigo 399 do Código de Processo Penal;

(xx) As Certidões de óbito originais de MARCELO PATRÍCIO PEREIRA, citado às fls. 187, e MARCOS MIGUEL DA SILVA, citado às fls. 188.

(xx) Os Registros de Ocorrência das mortes de MARCELO PATRÍCIO PEREIRA e MARCOS MIGUEL DA SILVA.

(xx) O deferimento da medida cautelar de Busca e Apreensão objeto da Representação formulada às fls. 195/198, a ser cumprida nos endereços indicados, por tratar-se de medida necessária para a apreensão de objetos ilícitos de uso da quadrilha.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2010.

**Luiz Antonio Corrêa Ayres**  
Promotor de Justiça  
GAECO

Luiz Antonio Corrêa Ayres  
Promotor de Justiça  
Titular



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
GRUPO DE ATIVAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME - GALECO

Processo nº 0022743-51.2009.8.19.0206 da 2ª Vara Criminal - Santa Cruz  
Inquérito Policial nº 3.645/2008 da 36ª DP

MM. JUIZ:

Face à gravidade dos fatos constante dos presentes autos e, em consonância com a Representação da Autoridade Policial acostada às fls. 195/198, pugno pela **PRISÃO PREVENTIVA** de **MAURO JOSÉ PEREIRA MENDES MONTEIRO, ALEXANDRE DE SOUZA FERREIRA, JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO JUNIOR, NADSON GOMES e WILLIAN DE PAULA**, qualificados às fls. 186/187, sendo certo que contra os requeridos nesta data foi oferecida denúncia.

A medida se faz necessária em razão da forma como os denunciados agem, eis que os mesmos sempre utilizam arma de fogo, explorando o comércio local, impondo um verdadeiro terror aos moradores, apresentando ainda alguns crimes anotados em suas Folhas de Antecedente Criminais, denotando suas personalidades desviadas, voltadas para a prática delitiva, além de seus interesses em esquivar-se à aplicação da Lei Penal.

Outrossim, a medida se faz necessária para a garantia da ordem pública, eis que os mesmos, em liberdade continuarão a delinquir, mantendo em ação a estrutura delituosa que integram, fato que comprometerá a futura investigação processual.

Isto posto, e mais do que nos autos consta, presentes os pressupostos autorizadores do artigo 311 e seguintes do Código de Processo Penal, o **MINISTÉRIO PÚBLICO** espera que a **PRISÃO PREVENTIVA** de **MAURO JOSÉ PEREIRA MENDES MONTEIRO, ALEXANDRE DE SOUZA FERREIRA, JOÃO BATISTA DO NASCIMENTO JUNIOR, NADSON GOMES e WILLIAN DE PAULA** seja decretada.

A. deferimento.

Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2010.

**LUIZ ANTONIO CORRÊA AYRES**  
Promotor de Justiça  
**GAECO**

LUIZ ANTONIO CORRÊA AYRES  
Promotor de Justiça  
Titular